

O "MONUMENTO DOS BANDEIRANTES": um estudo crítico sobre as relações entre espaço, política e cultura

*The "BANDEIRANTES' MONUMENT": a critical study about
the relations between the space, the politics and culture*

Lutz Lopes Diniz Filho¹

RESUMO

Este artigo apresenta as diferenças entre a Geografia Cultural clássica e uma proposta de renovação deste ramo da Geografia. A partir do conceito de "ideologias geográficas" (fundamental dentro dessa nova proposta), procura-se investigar as funções simbólicas do chamado "Monumento dos Bandeirantes". Destacam-se, nesse sentido, os discursos que legitimaram a construção da obra e suas relações com determinados projetos políticos; a relação da estátua com alguns elementos da paisagem de São Paulo e a simbologia presente nessas relações; finalmente, as recentes tentativas de conferir novas significações ao Monumento, com vistas a legitimar outros projetos políticos.

1 Este texto é fruto de algumas reflexões realizadas pelo autor a partir de sua dissertação de mestrado (já em fase de redação), que vem sendo desenvolvida com financiamento do CNPq (DINIZ FILHO, 1992).

ABSTRACT

This article presents the differences between the classical Cultural Geography and a renovation purpose in this area.

From the "geographical ideologies" concept (fundamental in this new purpose), it's intended to investigate the symbolical functions of the "Bandeirantes' Monument". This brings up the political ideals and projects that made it come through and the relation of the statue with some elements of São Paulo landscape and the present symbology in these relations; at last, the recent attempts to grant new meanings to the Monument, in order to support from other political projects.

Entre os diversos ramos da Geografia, talvez o que menos atenção tenha recebido no movimento de renovação dessa disciplina seja o da Geografia Cultural. No passado, autores como Carl Sauer e Max Sorre ofereceram algumas contribuições dignas de nota, desenvolvendo discussões importantes sobre as relações entre espaço e cultura. Fundamentalmente, o núcleo de suas propostas é o entendimento da paisagem como um documento histórico e cultural, idéia essa que abre a possibilidade de se compreender a cultura de uma dada sociedade através de uma "leitura" dos vários elementos que compoem a paisagem construída por essa sociedade ao longo do tempo (MEGALE, 1988 e CORREIA, 1992).

Mas, essa concepção das relações entre espaço e cultura não tem encontrado um desenvolvimento significativo dentro do debate geográfico contemporâneo. Provavelmente, porque o esforço de edificar uma "Geografia Crítica" não encontra estímulo nessa concepção, na qual se vê uma relação entre a cultura e a política, tudo se resumindo a um exame das paisagens com vistas a melhor conhecer as culturas que as moldam.

Muito recentemente, algumas tentativas têm sido feitas no sentido de se encontrar caminhos alternativos - embora sem negar a concepção tradicional da paisagem como registro histórico e antropológico. A partir do conceito de "ideologias geográficas", alguns

pesquisadores brasileiros vêm buscando entender o modo como as concepções sobre o espaço, geradas e difundidas no interior de uma dada formação nacional, terminam por influir no processo de construção do espaço e na própria história dessa formação.

Mais precisamente, trata-se de avaliar o modo como certas visões acerca do espaço legitimam as formas de intervenção do Estado sobre o território, bem como diferentes projetos políticos, veiculando assim interesses e favorecendo o estabelecimento de alianças entre classes sociais e/ou forças políticas diversas.

Em relação à proposta anterior, esta última constitui uma importante mudança de enfoque, pois não é a paisagem que aparece como objeto de estudo, mas os discursos sobre o espaço e sobre a relação espaço/sociedade - aí incluídas as diversas leituras possíveis da paisagem, elaboradas por agentes sociais os mais diversos².

Nada impede, porém, que um estudo sobre as ideologias geográficas comece por tomar um dado elemento da paisagem como objeto de investigação, posto que essas ideologias podem se converter em formas materiais capazes de simbolizá-las e difundi-las³. No presente estudo, tomamos o instrumental teórico oferecido por essa última perspectiva para enfocar um elemento bastante conhecido da paisagem paulistana, qual seja, o "Monumento dos Bandeirantes", também designado por apelidos como "Não Empurra" ou "Deixa que Eu Empurro".

- 2 O conceito de "ideologias geográficas" foi cunhado pelo Prof. Antonio Carlos Robert Moraes, e tem nas formulações de Gramsci sobre a questão da ideologia sua principal fonte de inspiração teórica (MORAES, 1988).
- 3 É nesse sentido que os estudos sobre as ideologias geográficas mantêm seu vínculo com as propostas clássicas da Geografia Cultural: ao aceitar que as ideologias podem se expressar em formas materiais, essa perspectiva incorpora o postulado da paisagem como conjunto de símbolos que traduzem a história e a cultura de um povo. Desse modo, tal perspectiva busca complementar a visão mais tradicional, introduzindo a política como elemento de análise inseparável da cultura e dando ênfase ao estudo dos discursos sobre o espaço, tanto quanto ao estudo das paisagens.

Alguns aspectos dessa obra são razoavelmente bem conhecidos do público: é um dos maiores monumentos da América do Sul; sua concepção e projetos artísticos se devem ao escultor Victor Brecheret, um dos mais expressivos artistas do modernismo brasileiro, etc. O que poucos sabem, é que essa escultura se acha impregnada de algumas ideologias bastantes difundidas entre as elites intelectuais e políticas brasileiras da primeira metade deste século.

Com efeito, a idéia de se construir um monumento em homenagem ao bandeirantismo foi anunciada no dia do Primeiro Centenário da Independência (durante a Semana de 1922) pelo então governador de São Paulo, Washington Luiz, tido como autor dessa idéia⁴. Quase ao mesmo tempo, vários artistas de grande importância dentro do movimento modernista se empenharam numa campanha para a efetivação da escultura, tais como Monteiro Lobato, Menotti Del Picchia e Oswald de Andrade, que compunham uma comissão incumbida de fazer executar a obra por subscrição popular.

Dentre todos os intelectuais brasileiros, porém, o que mais empreendeu esforços nesse sentido foi, sem dúvida alguma, Cassiano Ricardo⁵. Segundo seu depoimento pessoal, foi ele que, em 1936, despertou no então governador de São Paulo, Armando Salles Oliveira, o interesse por estudar a maquete da escultura elaborada por Brecheret (a qual estava esquecida havia algum tempo)⁶. Iniciadas ainda no governo de Armando Salles, as obras de construção foram

- 4 Ver: Brito, Mário da Silva. *História do modernismo brasileiro*, p.102 apud Leite, Cassiano Ricardo (LEITE, 1970 b:99). Vale ressaltar que Washington Luiz é apontado por Ricardo como "...bandeirólogo ilustre".
- 5 Cassiano Ricardo Leite foi poeta, ensaísta e jornalista, bem como um dos líderes da reforma literária iniciada na Semana de Arte Moderna. Foi também um dos mais destacados "pensadores autoritários" do Brasil da Primeira República. Durante o Estado Novo, colaborou diretamente com o regime, na qualidade de chefe do DEIP de São Paulo (órgão regional do Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP) e como diretor do jornal "A Manhã", que pertencia ao governo federal.
- 6 Todos os acontecimentos aqui descritos sobre a construção do monumento e a participação de Cassiano Ricardo nesse processo foram extraídos de sua auto-biografia (LEITE, 1970 b:97-103).

interrompidas nos governos posteriores, apesar das insistentes visitas realizadas por Cassiano Ricardo e outros intelectuais aos vários governadores e prefeitos que se sucederam. O interesse pela conclusão das obras só foi retomado no governo de José Carlos de Macedo Soares, e a inauguração do Monumento ocorreu a 25 de Janeiro de 1954 (em meio aos festejos do aniversário de quatrocentos anos da cidade), durante a gestão do governador Lucas Nogueira Garcez.

O motivo dessa dedicação demonstrada por Cassiano Ricardo ao longo de tantos anos se deve à importância que ele confere ao bandeirantismo dentro da história brasileira.

Inicialmente, temos que ele atribui ao movimento bandeirante a conformação atual das fronteiras nacionais, ou, em suas palavras, o "perfil verde-geográfico do Brasil" (LEITE, 1970b: 97). Foram as expedições bandeirantes que, segundo ele, exploraram as regiões ainda desconhecidas do interior do continente, abrindo novas rotas de penetração e incorporando territórios à Metrópole, através de sua ação colonizadora e de povoamento (LEITE, 1970a: 57-61).

Além de ter assegurado a posse das atuais fronteiras territoriais do Estado brasileiro, a bandeira teve o mérito de garantir as condições de existência desse Estado como entidade autônoma e dotada de características próprias. De fato, a bandeira constituía, segundo ele, um "Estado em miniatura", na medida em que o isolamento das expedições em relação às autoridades portuguesas exigia que o líder bandeirante fosse, mais do que chefe militar, um autêntico precursor de estadista. Rapidamente, esse isolamento se converteu, de uma condição inerente à marcha interior a dentro, em um elemento da própria "natureza" do grupo bandeirante, configurando assim o esboço de um "self-government" brasileiro, bem como a própria origem do Estado nacional⁷.

7 Ricardo destaca que "Estado", aqui, deve ser entendido "num sentido sociológico" (LEITE, 1970a: 479).

Ao desencadear a gênese do Estado, o movimento bandeirante imprimiu-lhe características específicas, diferentes do Estado colonizador português. Isso porque as expedições bandeirantes eram formadas por grupos de homens dotados de um objetivo comum, e que, por força das ameaças representadas pelo meio adverso e pelos ataques de índios, necessitavam concentrar todos os poderes nas mãos de um só homem, que deveria conduzi-los de forma disciplinadora e belicosa, a fim de que esse grupo se mantivesse unido e alcançasse seu intento de desbravar o sertão em busca de riquezas. Essa concentração de poderes absolutos fez do líder bandeirante uma verdadeira personificação do poder estatal, e, em consequência disso, "...o criador do governo forte, corajosamente americano"⁸.

Longe de constituir uma crítica ao autoritarismo, essa interpretação de Ricardo se apresenta como uma forma de legitimação ideológica dos regimes fortes, na medida em que o modelo da democracia liberal se afigura, nesse contexto, como intrinsecamente inadequado às particularidades da formação nacional brasileira. Entre tais peculiaridades, merece destaque, em primeiro lugar, um suposto "sentimento de apego à 'autoridade forte' (que) terá nascido aí", no bojo do movimento bandeirante⁹. Em segundo lugar, a existência, no país, de uma "democracia social", cuja origem reside, segundo Ricardo, numa série de elementos específicos da organização interna das bandeiras, dentre as quais destacamos:

a) a solidariedade necessária de seus membros contra a ameaça indígena, formando um grupo mais amplo que o da família ou do clã;

8 "É ele, o chefe (de bandeira), um executivo que tudo ordena, o legislador que decreta as leis do sertão, o juiz que dá remédio às desavenças e queixas surgidas entre os componentes da tropa e, assim, provê a todos os atos da vida civil" (IDEM: 479).

9 (IDEM: 482). O autor fala, também de uma "...vocaçãõ de comando e obediência que caracteriza as populações da área social onde atuou e atua mais intensamente o fenômeno bandeirante". (IDEM: 483), grifos do autor.

b) "o sistema de economia; as necessidades e imposições da vida material, acabando com preconceitos de fidalguia vindos do reino". Desse modo, os membros das expedições não comportavam "nenhuma preocupação de classes e posições".

c) "o poder nivelador do sertão, diante do qual todos são iguais". É nele que se encontra "o remédio da pobreza, e ao mesmo tempo o mito fulvo que atrai os de maior cabedal";

d) "a mestiçagem entre brancos e índios e entre índios e negros, etc." (LEITE, 1970a: 358 e 1941: 113)

A partir desses argumentos, Cassiano Ricardo legitima a idéia de que, no Brasil, a verdadeira democracia não reside nos mecanismos de representação política baseados no sufrágio direto, mas sim numa ação do Estado que preserve e fortaleça os elementos dessa "democracia social", pela extensão de benefícios assistenciais à toda a população, dando continuidade à ação colonizadora dos bandeirantes (agora de forma racional e ordenada), etc. Essa legitimação aparece de modo claro durante o Estado Novo, que encarnava, segundo ele, esse ideal de uma democracia genuinamente brasileira, uma democracia fundada na igualdade social e, por isso mesmo, efetiva, muito distante do formalismo da doutrina política liberal e da luta de classes¹⁰.

Explicita-se, pois, o modo pelo qual a interpretação dada por esse autor ao movimento bandeirante termina por ocultar os conflitos que permeiam a sociedade. Quando não é possível escamotear esses conflitos, Ricardo procura justificar e minimizar sua ocorrência, como se evidencia em seus comentários sobre a prática bandeirante de apresamento e escravização de índios. Algumas vezes ele procura justificar tal prática através de argumentos relativizantes, tais como o de que o escravismo era uma institui-

10 "O Estado Novo é várias vezes bandeirante". (LEITE, 1941: 132).

ção na época, praticado inclusive pelas missões jesuítas (que escravizavam os negros); outras vezes, ele lança mão da velha idéia de que os fins justificam os meios, posto que a brutalidade dos bandeirantes teria sido necessária para a formação de um país gigantesco, habitado por um povo pacato e dotado de uma "bondade essencial", como seria o Brasil; por fim, Ricardo lista algumas práticas não-violentas de cooptação das populações indígenas (tais como o casamento do chefe da bandeira com a filha do cacique) para demonstrar que as relações entre os dois grupos eram por vezes amistosas (IDEM, 1970a: *passim*)¹¹.

O esforço de Ricardo em fundamentar a imagem do brasileiro como portador de uma personalidade infensa a conflitos é ainda reforçada pelo papel que ele atribui à mestiçagem na história brasileira, como mencionamos pouco antes. De fato, Ricardo legitima a existência de uma suposta "formação bio-democrática" brasileira a partir da constatação da tríplice composição racial dos membros que formavam as expedições bandeirantes (brancos, negros e índios) e da miscigenação daí resultante.

Todavia, ao discutir as relações entre o bandeirantismo e as raças, Ricardo postula que esse movimento não poderia ter ocorrido se não fosse a contribuição específica da "psicologia" própria de cada elemento racial e as funções por ele assumidas dentro da organização expedicionária. Assim, temos que:

11 Cassiano Ricardo não foi o único a proceder desse modo, pois todos os apologistas do bandeirantismo procuraram eufemizar os aspectos bárbaros desse movimento. "A rigor - e basta examinar os textos para se certificar - a construção da figura do herói bandeirante só avançou na proporção exata em que se encobriu ou descartou a questão da violência cometida contra os grupos locais, abrindo caminho, desse modo, para que se exaltasse a idéia de expansão territorial e heroísmo; desvinculando-a da interpretação de seu verdadeiro contexto histórico e social do século XVII, que necessariamente envolve a consideração do destino que sofreu a população indígena que esteve sob a área de ação das bandeiras" (DAVIDOFF, 1991: 94).

"Enquanto direção, chefia, comando, rumo a seguir, predomina o branco, ou mameluco; enquanto movimento, ímpeto para as travessias continentais, sertão adentro, o índio (nômade), é que predomina (sem índio não haveria bandeira); enquanto pouso nos caminhos, plantações para alimentar os desbravadores, mineração, roças em torno dos descobertos auríferos, o elemento indispensável é o africano (sedentário).

(Como se vê, uma eficaz, embora rudimentar divisão do trabalho, segundo a aptidão de cada um dos stocks raciais)" (IDEM, 1970b: 97).

Embora incontestável, a presença de indivíduos dessas três raças no interior das expedições assume, sob a perspectiva eminentemente racista de Cassiano Ricardo, o *status* de elemento fundador de uma suposta ausência de preconceito racial na sociedade brasileira (*sic*). A um só tempo ele exalta a mestiçagem, representada na figura do mameluco, e "explica" a condição subordinada dos negros e índios em relação aos brancos, cada qual desempenhando um papel social determinado pela biologia.

Em suma, pode-se dizer que Cassiano Ricardo extrai de sua leitura do bandeirantismo todos os elementos que, segundo ele, compõem o chamado "caráter nacional" e a originalidade da história brasileira: ausência de preconceito racial, bondade, propensão natural a se submeter a uma autoridade centralizada e exercida pessoalmente, necessidade de um Estado forte, ausência da luta de classes, etc.¹².

12 Existem ainda outros elementos que Ricardo apresenta como intrinsecamente associados ao bandeirantismo e ao "caráter brasileiro", tais como o espírito cristão e o sentimentalismo. Todavia, uma vez que estamos interessados em examinar o Monumento como componente da paisagem, tratamos de destacar somente aqueles elementos ideológicos expressos mais diretamente pela simbologia associada às características físicas da obra, como se verá mais adiante.

E todas essas idéias são simbolizadas pelo Monumento dos Bandeirantes, conforme se depreende desta mensagem enviada por Armando Salles - que, como visto, deu início à sua construção - à Assembléia Legislativa do Estado:

"Dois bandeirantes, os chefes, vão na frente, a cavalo; é o princípio da autoridade, o mais forte esteio da civilização que o comunismo tenta destruir. As figuras decrescem em tamanho; é a hierarquia inseparável da disciplina, e um dos mais belos princípios da organização social porque permite ao que está posto mais baixo ascender por si mesmo à posição mais alta. Na frente do grupo, a figura de mulher que representa a Terra Virgem, em cuja conquista os bandeirantes partem, mostra que eles sabem o que querem e para onde vão; é o pensamento dominando a ação.

E como de tudo isto - de autoridade, de disciplina, de hierarquia, de solidariedade, de ação inteligente e construtora, de um largo e generoso idealismo - de tudo isto é que o Brasil precisa, propõe-se que esse Monumento seja levantado numa praça de São Paulo atestando o desejo dos paulistas de renovar os princípios e os feitos que constituem os fundamentos da nacionalidade" (IDEM, 1970b: 98).

Do ponto de vista das relações entre o bandeirantismo e as raças, é importante notar que foi Cassiano Ricardo quem sugeriu à Brecheret que incorporasse figuras representativas da raça negra à maquete do Monumento dos Bandeirantes (visto que em sua versão original haviam apenas imagens de brancos e índios), dando assim à obra acabada a forma que hoje conhecemos (IDEM).

O conteúdo simbólico do Monumento não se esgota, entretanto, nos significados expressos pelo conjunto de figuras que o compõem, visto que também a relação que ele mantém com a paisagem da cidade expressa as idéias que animaram sua edificação.

Assim, não é por acaso que o Monumento se localiza em frente ao Parque do Ibirapuera e que as figuras que o compõem parecem marchar em direção à Avenida Brasil, que começa poucos metros

adiante: "Ibirapuera" é um nome indígena e a "marcha" da bandeira esculpida em pedra simboliza a formação do território brasileiro, a partir dos vários caminhos abertos pela ação desbravadora dos bandeirantes. Pensando-se de um ponto de vista espacialmente mais amplo, verifica-se ainda que essa "bandeira" marcha na direção do Pico do Jaraguá, o qual constituía um marco de referência para as expedições bandeirantes.

Diante de tais afirmações, o leitor pode estar pensando que este artigo abandonou a análise dos discursos que envolveram a construção do Monumento, alçando vôos de interpretação da paisagem por demais imaginativa para serem verossímeis.

Mas não. Como diz Cassiano Ricardo, o "Monumento dos Bandeirantes representa a hipótese única de um bloco escultural em cuja compreensão entram, em função simbólica, os próprios elementos paisagísticos que o rodeiam". E ainda acrescenta que a localização desse conjunto foi escolhida cuidadosamente por Armando Salles, que o posicionou intencionalmente de modo a relacioná-lo com o Ibirapuera ("origem indígena"), com a Av. Brasil (convergência dos vários caminhos abertos pela bandeira) e com o Jaraguá (a "bússola" dos bandeirantes) (IDEM, 1970b: 99).

Numa palavra, o Monumento dos Bandeirantes, por sua própria localização, faz referência à "paisagem espiritual" de São Paulo, numa tentativa de difundir a idéia de que o "perfil verde-geográfico do Brasil" se deve ao bandeirantismo paulista.

Tais afirmações exigem que se atente para um importante componente ideológico dos discursos que motivaram a construção do Monumento: a tentativa de levar a cabo um projeto de construção nacional, cujo cerne consiste em estabelecer a existência de uma identidade brasileira através de uma generalização,



para todo o país, de certas características pertinentes à história de São Paulo e a um suposto caráter paulista¹³.

É nesse sentido que se deve entender as palavras de Armando Salles, na passagem anteriormente citada, sobre o Monumento atestar "...o desejo dos paulista de renovar os princípios e os feitos que constituem os fundamentos da nacionalidade"; ou ainda, as considerações de Cassiano Ricardo sobre a existência de um "ethos paulista", de uma "personalidade bandeirante dentro da brasileira"¹⁴.

Vale destacar que, ao desenvolver seus estudos sobre o bandeirantismo, Ricardo polemiza diversas vezes com Gilberto Freyre, autor que buscava estabelecer a existência de uma identidade nacional a partir da história da sociedade patriarcal do nordeste açucareiro.

É significativo notar, nesse contexto, a semelhança das descrições de ambos a respeito dos traços que formam o "caráter nacional brasileiro", embora partindo de modelos históricos diferentes. Assim, temos que Freyre também fala de uma ausência de preconceito racial no país, da cordialidade, da tendência natural do brasileiro a se submeter a um poder forte e pessoal, etc. Só que tais elementos são derivados, em sua perspectiva, da forma de relacionamento entre senhores e escravos no interior dos latifúndios monocultores¹⁵.

-
- 13 No livro "Marcha para Oeste", Ricardo busca identificar o caráter nacional com o bandeirante, o que revela "...a idéia do regional como fundamento do nacional. O fenômeno das bandeiras deixa de se restringir a um tempo e espaços precisos para encarnar a própria alma brasileira, a personalidade nacional". (VELLOSO, 1990:14).
- 14 Tal personalidade é a "...do criador, do inovador, do renovador, do experimentador por excelência" e a preservação desses elementos se dá, sempre segundo Ricardo, através da "sucessão biológica" e, principalmente, como resultado de uma tradição cultural transmitida pelas gerações e acrescentada às "características do sangue". (LEITE, 1970a: 386).
- 15 Sobre essa polêmica, ver, além dos já citados trabalhos de Cassiano Ricardo: (VELLOSO, 1990:14).

Essa disputa entre os dois autores revela a existência de uma "luta simbólica" (para usar uma expressão de Bourdieu) no Brasil da primeira metade do século. Nessa luta, confrontam-se diferentes projetos de construção nacional, cada qual buscando conferir às elites políticas de uma dada região do país (o estado de São Paulo ou o Nordeste) a hegemonia dentro de um determinado modelo político-econômico¹⁶.

Para os propósitos deste texto, não é importante discutir em pormenor até que ponto esse projetos alcançaram seus objetivos¹⁷, mas apenas a função que o Monumento dos Bandeirantes pode ter desempenhado como peça desse jogo. Sendo ele o símbolo de uma leitura territorializada da história brasileira, que privilegia as expedições bandeirantes como fator de conquista e ocupação do espaço e, a partir disso, procura fundamentar a existência de uma identidade nacional, vinculada a uma identidade regional (paulista), pode-se dizer que o Monumento nasce para difundir um conjunto de ideologias geográficas que dão corpo ao projeto político das elites de São Paulo.

Pode-se também dizer (recorrendo mais uma vez à Bourdieu), que o Monumento dos Bandeirantes constitui uma espécie

-
- 16 Embora Ricardo e Freyre tenham sido ambos defensores de regimes políticos autoritários (como no caso do Estado Novo) é preciso destacar que, enquanto o segundo elogia o papel do latifúndio monocultor escravista (típico sobretudo da agricultura nordestina) como matriz da nacionalidade, o primeiro contrapõe a pequena propriedade rural e a policultura - produtos, segundo ele, da ação colonizadora dos bandeirantes no planalto - ao latifúndio, que teria características "feudais" e estaria vinculado aos interesses da colonização portuguesa. Sobre isso, ver (LEITE, 1970a: 453 e passim e 1941: 126).
- 17 Vale a pena mencionar somente que nenhum dos dois projetos alcançou plenamente seus objetivos, pois, sob o Estado Novo, conviveram inúmeras leituras sobre as origens da nacionalidade brasileira, não havendo uma que chegasse a se constituir realmente como ideologia oficial do regime. Posteriormente à ditadura Vargas, a ideologia do caráter nacional brasileiro perdeu muito de sua força, levando de roldão essas ideologias que vinculam o nacional ao regional. Sobre o Estado Novo, ver: (VELLOSO, 1990: 12-14 e GOMES, 1982: 32). Sobre o período posterior ao regime, ver, por exemplo: (BESSA, 1992).

de "representação objetual", isto é, um símbolo material que atua como parte de uma estratégia para construir e fazer reconhecer uma determinada identidade social (no caso, simultaneamente nacional e regional). Tal estratégia consiste, aqui, numa tentativa de determinar o modo como os indivíduos representam a si próprios e aos demais enquanto portadores ou não de certas características a eles atribuídas (ou auto-atribuídas) a partir de um resgate de certas experiências históricas paulistas¹⁸.

Diante disso, resta ainda responder à pergunta: qual a eficácia desse símbolo? Ou melhor, até que ponto o Monumento logrou difundir uma visão idealizada do bandeirantismo paulista e, ao mesmo tempo, funcionar como representação material de uma identidade nacional e/ou regional?

Embora não se possa contar com nenhum estudo nesse sentido, parece certo dizer que a maioria das idéias defendidas por homens como Cassiano Ricardo e Armando Salles não chegaram a ganhar as massas, permanecendo restritas às elites intelectuais e políticas, sobretudo às elites paulistas da primeira metade do século¹⁹. De fato, as associações entre bondade, democracia racial, etc. e o bandeirantismo, não se sedimentaram ao nível do senso comum, mas, por outro lado, a imagem heróica do bandeirante, bem como

18 "...a procura dos critérios 'objetivos' de identidade 'regional' ou 'étnica' não deve fazer esquecer que, na prática social, esses critérios (por exemplo, a língua, o dialeto, ou o sotaque) são objeto de representações mentais, quer dizer, de atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos, e de representações objetivas, em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc.) ou em atos, estratégias interessadas de manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores". (BOURDIEU, 1989: 112), grifos do autor.

19 É bom frisar que não estamos negando que haja uma tendência amplamente disseminada de visualizar o brasileiro como um povo cordial e sem preconceitos de raça, mas apenas ressaltar que essa imagem não costuma se mostrar associada ao bandeirantismo quando se manifesta ao nível do senso comum.

sua vinculação às atuais dimensões do território brasileiro, parecem haver penetrado fortemente o ideário popular.

Note-se que, de todas as mensagens expressas pelo Monumento, a do papel do bandeirante como responsável pelo povoamento do território brasileiro constitui, justamente, uma das mais obscuras para o passante que casualmente observa a estátua, desatento às relações de simbolização que esta pretende manter com os lugares que a rodeiam (Ibirapuera e Av. Brasil) e com o distante Pico do Jaraguá. O mesmo pode ser dito com respeito às mensagens que o conjunto de figuras que compõem o Monumento deveriam transmitir, tais como a hierarquização harmônica das raças, o papel dos líderes fortes na história do país ou a existência de uma democracia social genuinamente brasileira.

Enquanto difusor de ideologias, o Monumento parece ser excessivamente hermético para desempenhar um papel relevante, servindo apenas como representação de certas idéias que já se acham incrustadas no imaginário popular. Nesse sentido, imagens tais como a do "herói bandeirante" podem ser reconhecidas pela população como motivo para a existência do Monumento, mas a idéia de um caráter nacional ou regional derivado da história das expedições bandeirantes permanece estranha à população, que se mostra incapaz de decodificar as intenções daqueles que lutaram pela construção da estátua.

Assim, pode-se dizer que, enquanto "representação objetiva", o Monumento tem uma eficácia bem menor do que a pretendida, pois a população em geral não reconhece nele, ou em si própria, os elementos de uma identidade paulista ou brasileira definida nos moldes do pensamento de homens como Cassiano Ricardo e Armando Salles. Provavelmente, os paulistanos reconhecem o Monumento como símbolo de um passado digno de respeito e orgulho, talvez até mesmo identificando nele o tão apregoado "espírito trabalhador" dos nativos de São Paulo, mas é

preciso considerar que estes são apenas alguns dos elementos que compõem o ideário que deu forma à escultura, conforme visto.

A melhor evidência disso é o recente esforço empreendido pela prefeitura de São Paulo para revestir o Monumento dos Bandeirantes de novos conteúdos ideológicos, totalmente diversos daqueles que foram delineados até agora.

As diferenças se fazem notar pelo logotipo que a Prefeitura elaborou a partir da obra: nele, e a escultura aparece quase sempre mutilada em seu conjunto, pois, das trinta e cinco figuras que a formam, apenas uma é retratada; e essa figura não é aquela que representa o chefe da bandeira, tão exaltado por Ricardo ou Armando Salles, mas a figura apagada de um simples trabalhador braçal, que segue atrás e executa o trabalho mais pesado.

Essa figura, que no logotipo aparece sobre o slogan "São Paulo para Todos", procura representar as ideologias que norteiam os discursos do PT, tais como o ideal socialista de edificação de uma sociedade igualitária e o desejo do partido de ser um representante da chamada "classe trabalhadora".

De símbolo erigido pelas elites para enaltecer os ideais de disciplina e autoridade, bem como para elidir os conflitos existentes na sociedade (sejam eles de cor ou de classe), o Monumento se converte num instrumento de exaltação do trabalhador, a serviço de um partido que assume a luta de classes como um dos pressupostos básicos de seu discurso e de sua ação.

De representação inserida num projeto de constituição de uma identidade ao mesmo tempo nacional e regional, o Monumento se transforma em algo próximo de uma "representação objetiva" voltada para a constituição de uma identidade de classe. Para tanto, abstrai-se do Monumento sua referência à história do bandeirantismo, substituindo as ideologias geográficas que estavam na base de sua edificação por ideologias de caráter social e político. A uma leitura territorializada da história brasileira, que

procura eufemizar as lutas que se travaram no passado, procura-se sobrepor uma leitura sociológica, que visa revalorizar o papel histórico das classes subalternas, no melhor estilo da chamada "história dos vencidos".

Na medida em que essa apropriação do Monumento sob novos conteúdos se fez sem nenhum protesto - é certo que Cassiano Ricardo e Armando Salles o teriam feito, caso estivessem vivos - parece correto afirmar que, mesmo entre as elites políticas dos nossos dias, a força das ideologias que presidiram a edificação da escultura perderam sua força. Desse modo, o Monumento desvinculou-se de quase todos os significados que ele primeiramente expressava, tornando-se assim passível de uma reelaboração cultural, como ocorre na atual gestão do município.

Como acontece com todos os elementos da paisagem, o Monumento dos Bandeirantes constitui um verdadeiro ícone, que assume novas significações com o decorrer do tempo, veiculando outros interesses e outras ideologias. Captar essas mudanças, no bojo das relações entre espaço, política e cultura, constitui uma das tarefas precípuas de uma Geografia Cultural que se queira, também, uma Geografia Crítica.

Bibliografia Consultada

- BESSA, Vagner de Carvalho (1992) - **Território e Desenvolvimentismo: Ideologias Geográficas e Políticas Territoriais no Governo JK**. Universidade de São Paulo, mimeo.
- BOURDIEU, Pierre (1989) - **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro, Difel, 220 p.
- CORREIA, Roberto Lobato (1992) - **Carl Sauer**. São Paulo, Ática (Coleção Grandes Cientistas Sociais), no prelo.
- DAVIDOFF, Carlos Henrique (1991) - **Bandeirantismo: Verso e Reverso**. 6a. ed. São Paulo, Brasiliense, 99 p. (Coleção Tudo é História, 47).

- DINIZ FILHO, Luiz Lopes (1992) - **Território e Destino Nacional: Ideologias Geográficas e Políticas Territoriais no Estado Novo (1937-1945)**. Universidade de São Paulo, mimeo.
- LEITE, Cassiano Ricardo (1970a) - **Marcha para o Oeste (A Influência da "Bandeira" na Formação Social e Política do Brasil)**, 4a. ed. Rio de Janeiro, José Olympio (Coleção Documentos Brasileiros, 25) 2 v.
- LEITE, Cassiano Ricardo (1970b) - **Viagem no Tempo e no Espaço (memórias)**. Rio de Janeiro, José Olympio (Coleção Documentos Brasileiros, 145).
- MEGALE, Januário Francisco (1988) - **Max Sorre**. São Paulo, Ática (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 46).
- MORAES, Antonio Carlos Robert (1988) - **Ideologias Geográficas. Espaço, Cultura e Política no Brasil**. 1ª ed. São Paulo, Hucitec, 156 p.
- GOMES, Ângela M. de C., OLIVEIRA, Lúcia L. e VELLOSO, Mônica P. - **Estado Novo: Ideologia e Poder**. Rio de Janeiro, Zahar.
- VELLOSO, Mônica Pimenta (1990) - **A Brasilidade Verde-Amarela: Nacionalismo e Regionalismo Paulista**. 2a. ed. Rio de Janeiro, CPDOC.